LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SANDOLÂNDIA-TO

PROMULGADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 1994
PUBLICADA EM 15/12/94

APRESENTAÇÃO

Esta obra cívica, que ora entregamos ao povo de Sandolândia, razão maior do nosso trabalho, é o testemunho da dedicação e da responsabilidade institucional dos constituintes, no cumprimento do seu dever inarredável, indelegável e irrenunciável, ante a missão outorgada pelos munícipes, manifestada soberanamente, através do sufrágio e do voto.

Durante o processo de elaboração da nossa constituição municipal, tivemos a preocupação de fazer aglutinar neste instrumento jurídico, as aspirações da população harmonizando-as aos princípios da ordem legal, de forma a compatibilizar e disciplinar direitos e obrigações de todos os cidadãos do município, desta e de outras gerações.

Estamos convictos de termos contemplado o Município e a população, com uma norma jurídica condizente com os anseios da comunidade local, sem casuísmo, nem privilégio, nem tão pouco, paternalismo, o que nos dá a certeza da retidão deste mister.

Nessa linha de raciocínio, entendemos que com este perfil, cumprimos uma parcela da honrosa missão que o povo do município nos delegou, a mais altaneira, se pode dimensionar-lhe esse atributo pessoal, representar os munícipes, sermos escolhidos por eles, detendo mandato popular a que nos candidatamos voluntariamente.

Os Vereadores

TÍTULO I 01
Disposições Preliminares

CAPÍTULO I 01
Do Município

CAPÍTULO II 02
Da Competência

CAPÍTULO III 04
Das Vedações

TÍTULO II 04
Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I 04
Do Poder Legislativo

SEÇÃO I 05
Da Câmara Municipal

SEÇÃO II 08
Dos Vereadores

SEÇÃO III 10
Da Mesa da Câmara

SEÇÃO IV 12
Da Sessão Legislativa Ordinária

SEÇÃO V 13
Da Sessão Legislativa Extraordinária

SEÇÃO VI 13
Das Comissões

SEÇÃO VII 15
Do Processo Legislativo

SUBSEÇÃO I 15
Dispositivos Gerais

SUBSEÇÃO II 15
Das Emendas A Lei Orgânica

SUBSEÇÃO III 16
Das Leis

SUBSEÇÃO IV 18
Dos Decretos Legislativos e Das Resoluções

SUBSEÇÃO VI 19
Da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial

CAPITULO II 20
Do Poder Executivo

SEÇÃO I 20
Do Prefeito e do Vice-Prefeito

SEÇÃO II 22
Das Atribuições do Prefeito

SEÇÃO I I I 24
Da Responsabilidade do Prefeito

SEÇÃO IV 26
Dos Secretários Municipais

SEÇÃO V 26
Dos Conselhos do Município

SEÇÃO VI 27
Da Procuradoria do Município

TITULO I I I 27
Da Organização do Governo Municipal

CAPITULO I 27
Do Planejamento Municipal

CAPITULO I I 27
Da Administração Municipal

CAPITULO III 28
Do Registro e dos Atos Administrativos

CAPITULO VI 29
Das Obras e Serviços Municipais

CAPITULO V 30
Dos Bens Municipais

CAPITULO VI 30
Da Segurança dos Bens Municipais

CAPITULO VII 30
Dos Servidores Municipais

TITULO IV 33
Da Administração Financeira e Orçamentaria

CAPITULO I 33
Dos Tributos Municipais

CAPITULO I I 34
Das Limitações ao Poder De Tributar

CAPITULO I I I 35
Da Participação do Município nas Receitas Tributarias

CAPITULO IV 35
Dos Orçamentos

TITULO V 37
Da Ordem Econômica e Social

CAPITULO I 37
Disposições Gerais

CAPITULO II 38
Da Previdência e da Assistência Social

CAPITULO I I I 38
Da Saúde

CAPITULO IV 39
Da Educação. da Cultura, do Desporto e Lazer

SEÇÃO I 39
Da Educação

SEÇÃO I I 41
Da Cultura, do Desporto e do Lazer

CAPITULO V 42
Da Ciências e Tecnologia

CAPITULO VI 42
Da Política Urbana

CAPITULO VII 42
Do Meio Ambiente

CAPÍTULO VIII 43
Da Criança, do Adolescente e do Idoso

CAPÍTULO IX 43
Da Política Agrícola

TÍTULO VI 44
Das Disposições Gerais e Transitoriais

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I
DO MUNICÍPIO

Art. 1° - O Município de Sandolândia, parte integrante do Estado do Tocantins, com responsabilidade jurídica de direito público interno e autônomo, nos termos assegurados pela Constituição Federal, rege-se por esta Lei Orgânica e demais leis que adotar, respeitados os princípios constituicionalmente estabelecidos.

Parágrafo único – A sede do município dá-lhe o nome.

Art. 2° - os limites do território do Município, nos termos da Lei Estadual n° 498, de 22/12/92, ora ratificada, são os seguintes: "COM O MUNICÍPIO DE FORMOSO DO ARAGUAIA – começa na barra do Rio Verde no Rio Javaés, ou no braço menor do Rio Araguaia; daí, desce pelo Rio Javaés até a barra do Rio Água fria; daí segue em reta até a barra do ribeirão Matrinchã ou Riozinho, no Rio Formoso. COM O MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS - começa na barra do ribeirão Matrinchã ou do Riozinho, no Rio Formoso; daí, sobe pelo Rio Formoso até a barra do Rio Pau Seco. COM MUNICÍPIO DE ARAGUAÇU - começa na barra do rio Pau Seco no Rio Formoso; daí sobe pelo Rio Formoso, até a barra do Rio Ribeirãozinho ou Pitomba; daí, sobe pelo Rio Ribeirãozinho ou Pitomba, até sua cabeceira; daí, segue em rumo certo à cabeceira do Córrego da Anta; daí, desce pelo Córrego da Anta até sua barra no Rio Água Fria; daí sobe pelo Rio Água Fria até a barra do Córrego Barreiro; daí sobe pelo Córrego Barreiro até sua nascente. Próximo à cabeceira do Córrego da Mata; daí segue em reta à cabeceira do córrego da Mata; daí, desce pelo córrego da Mata até sua barra no córrego Brejinho; daí, desce pelo córrego Brejinho até sua barra no córrego Brejão; daí desce pelo córrego Brejão até sua barra no Rio Verde.

COM O ESTADO DE GOIÁS – começa na barra do córrego Brejão no Rio Verde; daí, desce pelo Rio Verde até sua barra no Rio Javaés, ou braço menor do rio Araguaia; ponto inicial destes limites.

Parágrafo único – A criação, organização e supressão de Distritos compete ao Município, observada a Lei complementar de que trata o artigo 67 da Constituição Estadual.

Art. 3° - São símbolos do Município de Sandolândia sua bandeira, seu hino e seu brasão de armas.

Art.4° o Município de Sandolândia buscará de forma permanente a integração econômica, política, social e cultural com os Municípios que integram a mesma região.

CAPÍTULO II
DA COMPETÊNCIA

Art. 5° - ao Município de Sandolândia compete prover a tudo quanto diga respeito ao interesse local e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

I – organizar-se juridicamente, editar leis, atos e medidas de seu peculiar interesse;

II – elaborara o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, nos termos da Seção II, do Capítulo II, do Título VI da Constituição Federal;

II – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, fixar e cobrar preços, bem como aplicar suas receitas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas;

IV – organizar e prestar, direta ou sob regime de Concessão ou permissão, sempre através de licitação, os seus serviços públicos;

V – dispor sobre a administração, utilização alienação de seus bens, observada, neste último caso, a legislação pertinente;

VI – adquirir bens, inclusive através de desapropriação por necessidade, utilidade pública ou por interesse social;

VII – promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

VIII – elaborar o seu plano diretor;

IX – estabelecer as servidões necessária aos seus serviços;

X – Regulamentar a utilização dos, logradouros públicos, em especial, no perímetro urbano;

a) – disciplinar a execução dos serviços e atividades neles desenvolvidos, especialmente a realização de feiras e o comércio de artesanato;

b) – sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar a sua utilização;

c) – dispor sobre o transporte coletivo urbano, que poderá ser operado na forma do inciso IV supra citado, fixando os itinerários, os pontos de paradas e as respectivas tarifas;

d) – dispor sobre o transporte individual de passageiros, fixando os locais de estacionamento;

e) – fixar os limites de "zonas de silêncio" , de trânsito e tráfego especiais;

f) disciplinar os serviços de cargas e descargas, fixando a tonelagem máxima permitida a veículo que circule em vias públicas municipais.

XI – dispor sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;

XII – ordenar as atividades urbanas, fixando horários e condições para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e similares, observadas as normas federais e estaduais vigentes;

XIII – dispor sobre o serviço funerário e o cemitério, encarregando-se da administração daqueles que forem públicos e fiscalizando os pertencentes a entidades privadas;

XIV – prestar serviços de atendimento à saúde da população, com cooperação técnica e financeira da União, do Estado e de outros organismos;

XV – manter programas de educação pré-escolar, e de segundo grau optativamente, e de ensino fundamental, obrigatoriamente, com a cooperação

XVI – regulamentar, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidades e propaganda, nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;

XVII – dispor sobre o registro, vacinação e captura de animais, com a finalidade precipua de erradicação da raiva e outras moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;

XVIII – instituir regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas;

XIX – constituir guarda municipal destinada à proteção das instalações, em caráter efetivo, ou para outros fins, em caráter transitório, conforme dispuser a lei que a regulamentar;

XX – promover a proteção do patrimônio histórico e cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;

XXI – promover a presevação da flora e da fauna em todo município, podendo inclusive fazer uso da corporação de que trata o inciso XIX supra citado, combatendo qualquer forma de poluição e depredação dos recursos naturais;

XXII – promover e incentivar o turismo local, como fator de desenvolvimento econômico e social;

XXIII – quanto aos estabelecimentos industriais, comerciais e similares:

a) – conceder ou renovar licenças para a instalação, localização e funcionamento;

b) – revogar as licenças daqueles cujas atividades se tornem prejudicadas à saúde, à higiene, ao bem-estar, à recreação, ao sossego público ou bons costumes ;

c) – promover o fechamento daqueles que funcionem sem licença ou em desacordo com a lei; facultado o uso de guarada municipal ou de força policial, quando o caso assim exigir.

d) – dispor sobre plantões comerciais e de serviços de interesse da coletividade.

XXIV – proporcionar os meios de acesso à cultura, apoiando formação de grupos de teatro;

XXV – fomentar a realização de concursos literários e musicais, promovendo programa comunitários de recreação e lazer;

XXVI – combater as causas do êxodo rural, estimulando os programas de apoio ao trabalhador rural;

XXVII – regular, acomapnhar e fiscalizar o comércio ambulante ou eventual;

XXVIII – estabelecer e implantar política de esclarecimento sobre o alcoolismo e outras toxicomanias;

XXIX – suplementar a legislação federal e estadual no que couber, conforme preceitos o inciso II do art. 30 da Constituição Federal.

Art.6º - Ao Municipio compete as atribuições constantes nos incisos de I a XII do artigo 23 da Constituição Federal, sem prejuízo da competência comum da União e do Estado.

Art.7º - para o alcance de seus objetivos, o município poderá:

I – participar de consórcio, cooperativas ou associações, mediante aprovação da Câmara Municipal, por proposta do Chefe do Poder Executivo local;

II – celebrar convênios, acordos e outros ajustes, conforme os ditames do artigo 58, § 3º da Constituição do Estado.

§1º -- os convênios podem visar a realização de obras ou exploração de serviços públicos de interesse comum.

§2º - pode o Município participar de entidades intermunicipais, para a realização de obras, atividades de serviços de interesse comum a outros Município da região sócio-econômica que integra.

§3º - ao Municipio é lícito delegar ou receber delegação do Estado do Tocantins, mediante convênio com vistas a prestação de serviços de competência concorrente.

CAPÍTULO III
DAS VEDAÇÕES

Art.8º - Ao Município de Sandolândia aplicam-se as vedações estabelecidas pelo artigo 19, I, II e III da Constituição Federal, e as proibições de que se trata o artigo 60, I a V da Constituição do Estado do Tocantins.

TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I

DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I
DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 9º O poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal, com cada legislatura durando quatro anos, compreendendo cada ano uma sessão legislativa.

§1º - a composição da Câmara será feita por vereadores eleitos por voto direto e secreto, através do sistema proporcional, como representantes do povo, com mandatos de quatro anos a iniciar-se a primeiro de janeiro do ano seguinte ao da eleição.

I – a elegibilidade para o mandato de vereador, depende das seguintes condições, na forma da Lei Federal;

a) – a nacionalidade brasileira;
b) – a idade mínima de dezoito anos;
c) – o pleno exercício dos direitos políticos;
d) – o alistamento eleitoral;
e) – o domicílio eleitoral na circunscrição;
f) – a filiação partidária;
g) – ser alfabetizado;
h) – ter residência fixa no município.

§2º - O número de Vereadores da Câmara Municipal será proporcional à população do Município, observados os limites estabelecidos nas Constituições da República, artigo 29, IV e do artigo 61 do Estado.

§3º - A fixação do número de Vereadores observará o disposto no §2º do artigo 61 da Constituição Estadual, tendo a Câmara, no mínimo, nove Vereadores.

DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA

Art. 10º - Cabe à Câmara, com a sansão do Prefeito Municipal, legislar sobre todas as matérias de competência do Município e, especialmente, sobre:

I – assuntos de interesse local, inclusive suplementado a legislação federal e/ou estadual;

II – tributos municipais, seu lançamento, arrecadação e normatização da receita não tributária;

III – empréstimos e operações de crédito;

IV – diretrizes orçamentárias, plano plurianual, orçamentos anuais, abertura de créditos suplementares e especiais;

V – subvenções ou auxílios a serem concedidos pelo Município, e qualquer outra forma de transferência, sendo obrigatória a prestação de contas nos termos da Constituição Estadual e desta Lei Orgânica;

VI – criação de órgãos necessários à execução dos serviços públicos locais, inclusive autarquias, fundações e constituição de empresas públicas e sociedades de economia mista;

VII – regime jurídica dos servidores públicos municipais, criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, estabilidade, aposentadoria, fixação e alteração de remuneração;

VIII – concessão, permissão ou autorização de serviços públicos da competência Municipal, respeitadas as normas da Constituição da República e as da Constituição Estadual;

IX – estabelecer normas de ordenação urbanísticas e regulamentos sobre a ocupação e uso do espaço urbano, parcelamento do solo e edificações, principalmente quanto ao zoneamento e loteamento;

X – concessão e cassação de licença para abertura, localização, funcionamento e inspeção de estabelecimentos comerciais, industriais, prestacionais ou similares;

XI – exploração dos serviços municipais de transporte coletivo de passageiros e critérios para fixação de tarifas a serem cobrados;

XII – autorização para aquisição de bens imóveis, salvo quando houver dotação orçamentária para esse fim destinada, ou nos casos de doação sem encargos;

XIII – cessão ou permissão de uso de bens municipais e autorização para que os mesmos sejam gravados com ônus reais;

XIV – plano de desenvolvimento urbano, modificações que nele possam ou devam ser introduzidas;

XV – alienação de bens da administração direta, indireta e funcional;

XVI – autorização para participação em consórcios com outros Municípios, assim como entidades intermunicipais;

XVII – autorização para aplicação de disponibilidade financeira do município no mercado aberto de capitais;

XVIII – criação, organização e supressão de Distrito, mediante prévia consulta plebiscitária, e observada a legislação estadual, suplementarmente;

XIX – em articulação como o executivo, cumpre à Câmara de Vereadores propor medidas que complementem as leis federais e estaduais, especialmente no que diz respeito:

a) – ao incentivo à indústria e ao comércio;

b) – a criação de distritos industriais;

c) – o fomento da produção agropecuária e organização do abastecimento alimentar;

d) – à promoção de programas de construção de moradias, melhorando as condições habitacionais e de saneamento básico.

XX – autorizar isenção anistia fiscal e emissão de dívida;

XXI – estabelecer as denominações de vias e logradouros públicos, bem como promover alterações nas denominações estabelecidas.

Art. 11° - A Câmara Municipal compete privativamente:

I – receber op compromisso dos vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito e dar-lhes posse;

II – legislar sobre a sua organização, funcionamento e política, elaborando seu regimento interno, respeitadas as Constituições Federal e Estadual, além desta Lei Orgânica; criar e promover os cargos de sua estrutura organizacional, respeitadas as regras sobre remuneração e limites de dispêndio com pessoal, expressas no artigo 37, Xic/c artigo 169 da Constituição da República;

III – eleger sua Mesa e constituir suas comissões, nestas assegurando, tanto quanto possível, a representação dos partidos políticos que participam da Câmara;

IV – fixar, com observância do disposto no inciso V do artigo 29 da Constituição Federal, a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Veradores, bem como a verba de representação do Presidente da Câmara Municipal;

§1° - A não fixação da remuneração do Prefeito do Vice-Prefeito e dos Vereadores, até a data prevista na legislação citada no inciso IV, implicará na suspensão do pagamento dos vencimentos dos Vereadores pelo restante do mandato.

§2° - No caso de não ser fixada, prevalecerá, para o Prefeito e o Vice-Prefeito a remuneração do mês de dezembro do último ano da legislatura, sendo este valor atualizado monetariamente pelo índice em vigor à época do pagamento.

V – conceder licenças;

a) – ao Prefeito e ao Vice-Prefeito para se afastarem, temporariamente, dos respectivos cargos;

b) – ao Vereadores, nos casos permitidos;

c) – ao Prefeito, para se ausentar do município por tempo superior a quinze dias.

VI – solicitar do Prefeito ou dos Secretários Municipais, informações sobre assuntos administrativos, sobre fatos sujeitos à sua fiscalização, ou sobre fatos relacionados com matéria legislativa em tramitação, devendo essas informações serem apresentadas, no máximo, quinze dias úteis após a sua formalização;

VII – exercer, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, o controle externo das contas mensais e anuais do Município, observados os termos das Constituições Federal. Estadual, e desta Lei Orgânica;

VIII – provocar a representação dos organismos competentes, requerendo intervenção estadual no Município quando inocorrer a prestação de contas pelo Prefeito na forma da lei;

IX – requisitar o munerário destinado as suas despesas;

X – promulgar a Lei Orgânica e suas emendas.

XI – decretar a perda do mandato do Prefeito do Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos indicados, nesta Lei Orgânica, e nas Constituições Federal e Estadual;

XII – estabelecer e mudar temporariamente o local de suas reuniões;

XIII – criar comissão de inquérito com prazo certo, mediante requerimento de um terço dos seus membros para apurar fatos determinados;

XIV – conceder título de cidadania ou conferir homenagens a pessoas que tenham prestados relevantes serviços ao município ou nele se destacado pela atuação na vida pública;

XV – julgar o Prefeito o Vice-Prefeito e os Vereadores nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal e demais Leis Federais e Estaduais;

XVI _ fiscalizar e controlar os atos do poder executivo, inclusive os da administração indireta.

XVII – conhecer da renúncia do Prefeito e do Vice-Prefeito.

SEÇÃO II
DOS VEREADORES

Art. 12° - No primeiro ano de cada legislatura, no dia primeiro de janeiro, em sessão solene de instalação, independente do número, sob a presidência do mais votado dentre os presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.

§1° - O Vereador que não tomar posse na sessão prevista neste artigo, deverá fazê-lo no prazo de quinze dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara, por maioria absoluta, sob pena de perda de mandato.

§2° - No ato da posse os Vereadores deverão desincompatibilizar-se. Na mesma ocasião, e ao término do mandato, deverão declarar seus bens, sendo feito o termo em livro próprio, constando de ata os seus resumos.

Art. 13° - O mandato de Vereador será remunerado na forma fixada pela Câmara Municipal, em cada legislatura com a observância dos artigos 37, XI, 150, II 153, III e 153, §2°, I da Constituição Federal.

Art. 14° - O Vereador poderá licenciar-se somente:

I – por doença devidamente comprovada, ou em licença gestante;

II – para desempenhar missões temporárias de caráter cultura ou de interesse do Município;

III – para tratar de interesses particulares, por prazo determinado, nunca inferior a trinta dias, e superior a (120) cento e vinte, não podendo reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

§1° - Para fins de remuneração, considerarse-á como em exercício o Vereador licenciado nos termos dos incisos I e II.

§2º - Considerar-se-á automaticamente licenciado, o vereador investido no cargo de Secretário municipal ou Sub-Prefeito.

Art. 15º - Os Vereadores gozam de inviolabilidade por opiniões, palavras e votos no exercício do mandato, na circunscrição do Município.

Parágrafo único – Aplicam-se por força do disposto no artigo 62, §1º da Constituição Estadual, a inviolabilidade dos Vereadores, às regras contidas na mesma Carta para os Deputados Estaduais.

Art. 16º - O Vereador não poderá:

I – a partir da expedição do diploma:

a) – firmar ou manter contrato com o município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de econômica mista ou com empresa concessionárias de serviços público municipal, salvo quando o contrato estabelecer cláusulas uniformes;

b) – aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível "adnutum" , nas entidades constantes da alínea anterior, salvo o de secretário municipal, Sub-Prefeito e dos que foi aprovado em concurso público;

II – Desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que doze de favor decorrente de contrato com municipalidade ou nela exercer função renumerada.

b) – patrocinar causa em seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea "a".

c) – exercer outro cargos eletivos. Federal ou Estadual.

Art. 17º - Perderá o mandato o Vereador:

I – que infringir qualquer das proibições do artigo anterior;

II – que tiver procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V – quando assim o decretar a Justiça Eleitoral;

VI – que sofrer condenação criminal por sentença definitiva e irrecorrível.

§ 1º - È incompatível com o decoro parlamentar, além de outros definidos no Regimento Interno:

a) – desobediência as determinações da mesa diretora, na pessoa do seu presidente;

b) – o uso de palavra da baixo calão durante as sessões;

c) – proceder de forma atentatória as instituições vigentes;

d) – proferir ameaças em plenário, aos colegas ou a qualquer visitantes, bem como portar armar em plenário.

e) o abuso das prerrogativas asseguradas a membros da Câmara Municipal,

f) a percepção de vantagens indevidas.

§2° - Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida por voto secreto. por dois terços dos membros da Câmara, assegurada ampla defesa.

§3° - Nos casos previstos nos incisos III, IV e V a perda será declarada pela Mesa Diretora, de ofício ou . mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partidos políticos representados na Câmara, asseguradas ampla defesa.

§4° - A perda, extinção, cassação ou suspensão de mandato de Vereador dar-se-á nos casos e na forma estabelecida na Constituição Estadual, legislação federal e desta Lei Orgânica.

§5° - Aplicam-se aos Vereadores e á Câmara Municipal, no que couber, as disposições do artigo 24 da Constituição do Estado.

Art. 18° - No caso de vaga, de investidura constitucionalmente permitida ou de licença de Vereador, o presidente convocará, imediatamente, o Suplente.

§1° - O Suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo e nas condições fixadas para o titular por esta Lei Orgânica.

§2° - Ocorrendo vaga, e não havendo Suplente, o Presidente comunicará o fato, dentro de quarenta e oito horas, diretamente ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

§3° - Enquanto a vaga a que se refere o caput deste artigo não for preenchida, calcular-se-á o quorum em função dos vereadores remanescentes.

SEÇÃO III
DA MESA DA CÂMARA

Art. 19° - Imediatamente depois da posse, os Vereadores, sob a presidência do mais votado dentre os presentes, reunir-se-ão e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa. Que ficarão automaticamente empossados.

Parágrafo único – Não havendo número legal, o Vereador mais votado dentre os presentes permanecerá na Presidência, e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

Art.20° - A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á sempre ás nove horas do dia 31 de dezembro do segundo ano do primeiro biênio. considerando-se automaticamente empossados os eleitos.

Parágrafo único – O Regimento Interno disporá sobre a forma de eleição e a composição da Mesa, que contará, no mínimo, com um Presidente, um Vice-Presidente e dois Secretários.

Art. 21° - O mandato da Mesa será de dois anos, proibida reeleição de qualquer de seus membros para o mesmo cargo.

Parágrafo único – Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído, pelo voto de dois terços dos membros da Câmara, quanto faltoso, omisso ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro Vereador para complementar o mandato.

Art. 22° - A Mesa. Dentre outras atribuições, compete:

I – propor projetos que criem ou extingam cargos dos servidores da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;

II – apresentar projetos de lei dispondo sobre a abertura de crédito suplementares ou especiais, através de anulação parcial ou total da dotação da Câmara;

III – suplementar, mediante ato, as dotações do orçamento da Câmara, observando o limite da autorização constante da lei orçamentária, desde que os recursos para a sua cobertura sejam proveniente de anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias;

IV – devolver à Tesouraria da Prefeitura o saldo de caixa existente na Câmara ao final do exercício;

V – enviar ao Prefeito, até o dia 31 de janeiro, as contas do exercício anterior, e até o dia 15 (quinze) de cada mês, as do mês anterior;

VI – declarar a perda do mandato do Vereador, por ofício ou provocação de qualquer de seus membros ou, ainda, de partido político representado na Câmara, nas hipóteses previstas na Constituição Estadual e nesta Lei;

VII – Promulgar a Lei orgânica e suas emendas.

Art. 23° - Ao Presidente da Câmara, dentre outras funções, compete:

I – representar a Câmara em juízo e fora dele:

II – dirigir, a executar e disciplinar os trabalhos legislativos;

III – interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV – promulgar as Resoluções e os Decretos Legislativos, bem como as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo plenário;

V – fazer publicar os atos da Mesa, bem como as Resoluções, os Decretos Legislativos e as Leis por ele promulgadas;

VI – declarar a perda do mandato do Prefeito, Vice e Vereadores, nos casos previstos em lei, salvo a hipótese do inciso V, do artigo 17° desta Lei;

VII – requisitar o munerário destinado às despesas da Câmaras e aplicar as disponibilidade financeiras no mercado de capitais;

VIII – apresentar no Plenário, até o dia 10 (dez) de cada mês anterior;

IX – representar sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;

X – solicitar por maioria absoluta da Câmara a intervenção do Município, nos casos admitidos pela Constituição do Estado, relacionados no art. 66º da mesma;

XI – manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para este fim;

XII – autorizar as despesas da Câmara;

XIII – Nomear, promover, comissionar, conceder gratificações, licenças, por em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir funcionários ou servidores da Secretaria da Câmara Municipal, nos termo da lei;

XIV – conceder ou negar a palavra aos vereadores ou a qualquer presente nas sessões da Câmara;

XV – exigir a presença dos vereadores nas reuniões.

XVI – Advertir verbalmente ou por escrito, qualquer vereador.

Art. 24º - O Presidente da Câmara ou seu substituto só terá voto:

I – na eleição da Mesa;

II – quando a matéria exigir, para a sua aprovação, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara;

III – quando houver empate em qualquer votação do plenário.

§1º Não poderá votar o Vereador que tiver interesse pessoal na deliberação, anulando-se a votação se o seu voto for decisivo.

§2º - O voto será sempre público nas deliberações da Câmara, exceto nos seguintes casos:

a) – no julgamento dos vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito ;

b) – na eleição dos membros da Mesa e dos substitutos, bem caso como no preenchimento de qualquer vaga;

c) – na votação de Decreto Legislativo para a concessão de qualquer honraria;

d) – na votação de veto aposto pelo Prefeito.

SEÇÃO IV
DA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINARIA

Art. 25º - Independentemente de convocação, o período legislativo desenvolve-se de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

§1º - As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em Sábados, domingos o feriados,

§2º - O período legislativo não será interrompido sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

§3º - A fixação dos horários e dias para a realização das sessões ordinários , será regulado pelo Regimento Interno, observado o mínimo de cinco sessões por mês.

§4° - não poderá ser realizada mais de uma sessão ordinária ou extraordinária por dia, nada impedindo que uma e outra se realizem no mesmo dia.

§5° - A Câmara reunir-se-á em sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes, conforme dispuser o seu Regimento Interno, e as remunerará de acordo com o estabelecido na legislação específica.

§6° - As Sessões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente da Câmara, em sessão ou fora dela, na forma regimental.

Art. 26° - As sessões da Câmara serão públicas, salvo deliberação em contrário, tomada pela maioria de dois terços de seus membros, quando ocorrer motivo relevante de preservação do decoro parlamentar.

Art. 27° - As sessões só poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara.

SEÇÃO V
DA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINARIA

Art. 28° - A sessão legislativa extraordinária será convocada com três dias de antecedência pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara ou pela maioria dos Vereadores, em caso de urgência ou interesse público relevante, devendo nela ser tratada somente a matéria que tiver motivado a convocação.

Art. 29° - Poderá ser prevista remuneração para as sessões extraordinárias, desde que observados os limites da remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores.

SEÇÃO VI
DAS COMISSÕES

Art. 30° - A Câmara terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no seu Regimento Interno ou no ato que resultar a sua criação.

§1° - Em cada comissão será assegurada, quando possível, a representação proporcional dos partidos que participam da Câmara.

§2° - As comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I – discutir e votar projeto de lei que dispensa, na forma do Regimento Interno, a competência do plenário, salvo com recurso de um quinto dos membros da casa;

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III – convocar Secretários Municipais para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

IV – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou comissões das autoridades ou entidades públicas, no âmbito de sua competência;

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI – apreciar programas de obras e planos de desenvolvimento, e sobre eles emitir parecer,

Art. 31° As comissões especiais de inquérito, terão poderes de investigações próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno da Casa, e serão criadas pela Câmara mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§1° - As comissões especiais de inquérito, no interesse da investigação, poderão:

a) – proceder vistorias e levantamentos nas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre acesso e permanência:

b) – requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários;

c) – transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença, ali realizando os atos que lhes competirem;

§2° - No exercício de suas atribuições poderão. ainda, as comissões especiais de inquérito, por intermédio de seu Presidente:

a) – determinar as diligências que reputarem necessárias;

b) – requerer a convocação de Secretário Municipal;

c) – tomar o depoimento de quaisquer autoridades, intimar testemunhas e inquirí-las sob compromisso;

d) – proceder a verificações contábeis em livros, papéis e documentos de órgãos da administração direta ou indireta.

§3° - Nos termos do artigo 3° da Lei Federal n° 1. 579, de 18 de março de 1952, as testemunhas serão intimadas de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação penal e, em caso de não comparecimento, sem motivo justificado, a intimação será solicitada ao Juiz Criminal da localidade onde residem ou se encontram, na forma do artigo 218 do Código de Processo Penal.

Art. 32° - Durante o recesso, haverá uma comissão representativa da Câmara, eleita na última sessão ordinária do periodo legislativo, com atribuições fixadas no artigo seguinte, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária..

Art. 33° - A comissão representativa funciona nos interregnos das sessões legislativas ordinárias da Câmara Municipal e tem as seguintes atribuições:

I – zelar pelas prerrogativas da Câmaras Municipal;

II – velar pela observância da Lei Orgânica;

III – autorizar o Prefeito a se ausentar do Município;

IV – convocar, Secretários Municipais ou titulares de Diretorias;

V – convocar, extraordinariamente, a Câmara;

VI – tomar medidas urgentes de competência da Câmara.

Art. 34° - A comissão representativa, constituída por número ímpar de Vereadores, é composta pelo Presidente da Mesa e pelos demais membros eleitos com os respectivos suplentes.

§1° - A Presidência da comissão representativa cabe ao Presidente da Câmara, cuja substituição se faz forma regimental.

SEÇÃO VII
DO PROCESSO LEGISLATIVO

SUBSEÇÃO I
DISPOSITIVOS GERAIS

Art. 35° - O processo legislativo compreende:
I – emendas às Lei Orgânica do Município;
II – leis complementares;
III – leis ordinárias;
IV – leis delegadas:
V – medidas provisórias;
VI – decretos legislativos;
VII – resoluções.

SUBSEÇÃO II
DAS EMENDAS A LEI ORGANICA

Art. 36° - A Lei Orgânica Municipal poderá se emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II – do Prefeito Municipal;

III – dos cidadãos, subscrita por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado do Município.

§1° - A Lei Orgânica Municipal não poderá ser emendada na vigência de estado de defesa, estado de sítio ou de intervenção no Município.

§2° - A proposta será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos membros da Casa.

§3° - A emenda à Lei Orgânica do Município será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.

§4° - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente abolir:

I – integração do Município à federação brasileira;

II – o voto direto, secreto, universal e periódico;

III – a separação dos poderes.

§5° - a matéria constante de emenda rejeitada ou havia por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

SUBSEÇÃO III
DAS LEIS

Art. 37° - As leis complementares exigem, para a sua aprovação, o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo único – São leis complementares as concernentes às seguintes matérias:

I – código tributário do município;

II – código de obras ou de edificações;

III – estatuto dos servidores municipais:

IV – plano diretor do município;

V – zoneamento urbano e diretos suplementares de uso e ocupação do solo:

VI – código de posturas;

VII – Lei instituidora do regime juridico único dos servidores municipais;

VIII – Lei instituidora da quarda municipal.

Art. 38° - As leis ordinárias exigem, para a sua aprovação, o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara.

Art. 39° - As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito, que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal.

§1° - não será objeto de delegação os atos de competência excvlusiva da Câmara Municipal, a matéria reservada à lei complementar e a legislação sobre os planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamento.

§2° - A de legação ao Prefeito terá a forma de resolução da Câmara Municipal, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício;

§3° - Se a resolução determinar a apreciação do projeto pela Câmara, esta o fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Art. 40° - A votação e a discussão da matéria constante da ordem do dia só poderão ser efetuadas com a presença da maioria absoluta dos membros, quando se tratar de lei delegada.

Art. 41° - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe ao Prefeito, a qualquer membro ou comissão da Câmara e aos cidadãos, observado o disposto nesta Lei Orgânica.

Art. 42° - Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei, que disponham sobre:

I – criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autárquica;

II – regime ou aumento de remuneração dos servidores;

III – regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores;

IV – organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;

V – criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública municipal.

Art. 43° - É da competência exclusiva da Câmara e iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:

I – criação , extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos de sus serviços;

II – fixação ou aumento de remuneração de seus servidores, observada a isonomia entre os poderes;

III – organização e funcionamento de seus serviços.

Art. 44° - A iniciativa popular poderá ser exercida pela apresentação à Câmara Municipal de projetos de lei subscritos por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado municipal.

§1° - A proposta popular deverá ser articulada, exigindo-se, para seu recebimento, a identificação dos assinantes, mediante indicação do número do respectivo título eleitoral.

§2° - A tramitação dos projetos de lei de iniciativa popular obedecerá as normas relativas ao processo legislativo estabelecido nesta Lei.

Art. 45° - O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa, considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de quarenta e cinco dias.

§1° - Decorrido, sem deliberação, o prazo fixado no "caput" deste artigo, o projeto será, obrigatoriamente, incluído na ordem do dia, para que se ultime sua votação, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, com exceção do disposto no §4° do artigo 47.

§2° - O prazo referido neste artigo não corre nos períodos de recesso da Câmara e não se aplica aos projetos de codificação.

Art. 46° - O projeto aprovado em três turnos de votação será, no prazo de dez dias úteis, enviado pelo Presidente a Câmara ao Prefeito que, concordando, o sancionará e promulgará, no prazo de quinze dias úteis.

Parágrafo único – decorrido o prazo de quinze dias úteis, o silêncio do Prefeito importará em sanção.

Art. 47° - Se o Prefeito julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara os motivos do veto.

§1° - O veto deverá ser sempre justificado e, quando parcial, abrangerá o texto integral do artigo, de parágrafo, de inciso ou alínea.

§2° - As razões alusivas ao veto serão apreciadas no prazo de trinta dias, contados do seu recebimento em uma única discussão.

§3° - O veto somente poderá ser rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores, realizada a votação em escrutíneo secreto.

§4° - Esgotado, em sem deliberação o prazo previsto no §2° deste artigo, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o §1° do artigo 45.

§5° - Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Prefeito, em quarenta e oito horas, para a promulgação.

§6° - Se o Prefeito não promulgar a lei em quarenta e oito horas, nos casos de sanção tácita, ou rejeição do veto, o Presidente da Câmara o promulgará e, se este não o fizer, caberá ao Vice-Presidente, em igual prazo, fazê-lo.

§7° - A lei promulgada nos termos do parágrafo anterior, produzirá efeitos a partir de sua publicação.

§8° - Nos casos de veto parcial, as disposições aprovadas pela Câmara serão promulgadas pelo seu Presidente, com o mesmo número da Lei original, observando o prazo estipulado no §6°.

§9° - O prazo previsto no §2° não corre nos períodos de recesso da Câmara.

§10 – A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§11 – Na apreciação do veto não poderá a Câmara introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

Art. 48° - A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo único – O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de iniciativa do Prefeito, que serão sempre submetidos à deliberação da Câmara.

Art. 49° - Em caso de relevância e urgência, o Prefeito poderá adotar medias provisórias, com força de Lei, devendo submetê-las de imediato a Câmara Municipal, que estando em recesso, será convocada extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.

Parágrafo único – As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em Lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo a Câmara Municipal disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes.

SUBSEÇÃO IV
DOS DECRETOS LEGISLATIVOS E DAS RESOLUÇÕES

Art. 50° - O projeto de Decreto Legislativo é a proposição destinada a regular a matéria de competência exclusiva da Câmara, que produz efeitos externos, não dependendo, porém de sanção do Prefeito.

Parágrafo único – O projeto de Decreto Legislativo aprovado pelo Plenário, em dois turnos de votação, será promulgado pelo Presidente da Câmara.

Art. 51° - O projeto de Resolução e a proposição destinada a regular matéria politica-administrativa da Câmara, de sua competência exclusiva, e de interesse interno, não dependendo de sanção do Prefeito.

Parágrafo único – O Projeto de Resolução aprovado pelo Plenário, em dois turnos de votação, será promulgado pelo Presidente da Câmara.

SUBSEÇÃO VI
DA FISCALIZAÇÃO CONTABIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTARIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL

Art. 52° - Observados os princípios e as normas das Constituições Federal e Estadual, no que se refere ao Orçamento Público, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional do Municipio e das entidades de sua administração direta, indireta e fundacional, será exercida mediante controle externo da Câmara Municipal, e pelo sistema de controle interno de cada Poder, na forma da lei.

§1° - 0 controle externo a cargos da Câmara Municipal, será exercído com auxilio do Tribunal de Contas do Estado, que emitirá parecer prévio, sobre as contas anuais e mensais apresentadas pelo Municipio.

§2° - Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, deixará de prevalecer o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas do Município.

§3° - As contas anuais do Município ficarão no recinto da Câmara Municipal, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar a legitimidade das mesmas, nos termos da lei.

§4° - A Câmara Municipal não julgará as contas antes do parecer do Tribunal de Contas do Estado.

§5° - As contas da Câmara Municipal integram, obrigatoriamente as contas do Municipio.

Art. 53° - A comissão permanente a que a Câmara Municipal atribuir competência fiscalizadora, diante de indícios de despesas não autorizada, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, solicitará à autoridade municipal responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

§1° - Não prestados os esclarecimentos ou considerados estes insuficientes, a comissão solicitará ao Tribunal de Contas do Estado pronunciamento conclusivo sob a matéria.

§2° – Se o Tribunal considerar irregular a despesa e a Comissão entender que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá sua sustação ao Plenário da Câmara.

Art. 54° - Os Poderes Legislativo e Executivo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto a eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Municipal, bem como da aplicação dos recursos públicos por entidades direitos privado;

III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e deveres do Município;

IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§1° - Os responsáveis pelo controle interno ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.

CAPITULO II
DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I
DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 55° - O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito auxiliado pelo Prefeito auxiliar pelos Secretários.

Art. 56° - O Prefeito e Vice-Prefeito, registradas as respectivas candidaturas conjuntamente, serão eleitos, simultaneamente, por eleição direta, em sufrágio universal e secreto, até noventa dias antes do término do mandato de seu antecessor, dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício de seus diretos políticos, observadas as condições de elegibilidade de que trata o artigo 14 da Constituição Federal.

Art. 57° - O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1° de janeiro do ano subseqüente ao da eleição, em sessão da Câmara Municipal, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir as Constituições Federal, Estadual e a Lei Orgânica do Município, observar as leis, promover o bem estar geral, sustentar a união, a integridade e o desenvolvimento do Município.

§1° - Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse e salvo motivo de força maior comprovada, o Prefeito ou o Vice-Prefeito que não tiver assumido o cargo, será este declarado vago pela Câmara Municipal.

§2° - Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o Vice-Prefeito, e, na falta ou impedimento deste, serão chamados ao exercício interno da chefia do Poder Executivo, sucessivamente, o Presidente e o Vice-Presidente da Câmara Municipal recém-eleitos.

§3° - Ocorrendo a interinidade por mais de quarenta e oito horas, aquele que tiver em exercício da chefia do Poder Executivo comunicará o fato imediatamente e de forma direta ao Presidente ao Tribunal Regional Eleitoral.

§4° - No ato da posse e ao término do mandato, o Prefeito e o Vice-Prefeito, farão declarações pública de seus bens, as quais serão arquivadas na Câmara Municipal.

§5° - O Prefeito quando remunerado, em outro cargo, deverá desincompatibilizar-se no ato da posse. O Vice-Prefeito cumprirá estar exigência apenas quando tiver que assumir a chefia do Poder Executivo Municipal.

§6° - O Presidente da Câmara, recusando-se, por qualquer motivo, a assumir o cargo de Prefeito, renunciará, incontinentemente, a sua função de dirigente do Legislativo. ensejando assim, a eleição de um outro membro, para ocupar, como Presidente da Câmara, a chefia do Poder Executivo.

Art. 58° - O Prefeito não poderá, desde a posse, sob pena de perda de cargo:

I – Assumir outro cargo ou função da administração pública, direta ou indereta, ressalvada a posse em virtude de concurso público;

II – desempenhar função de administração em qualquer empresa privada;

Art. 59° - Será de quatro anos o mandato do Prefeito e do Vice-Prefeito e do Vice-Prefeito, a iniciar-se no dia 1° de janeiro do ano seguinte ao da eleição.

Art. 60° - São inelegíveis para os mesmos cargos, no periodo subseqüente, o Prefeito, o Vice-Prefeito, ou quem os houver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores à eleição.

Art. 61° - Para concorrerem a outros cargos eletivos, o Prefeito e o Vice-Prefeito devem renunciar aos mandatos até seis meses antes do pleito.

Parágrafo único – Quanto a inelegibilidade do cônjuge e dos parentes do Prefeito ou de quem o haja substituido nos seis meses anteriores ao pleito, aplica-se a regra do parágrafo 7° do artigo 14° da Constituição Federal.

Art. 62° - O Vice-Prefeito substitui o Prefeito em caso de licença ou impedimento, e o sucede no caso de vaga ocorrida após a diplomação.

§1° - O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito sempre que por ele for convocado para missões especificas.

§2° - O Vice-Prefeito pode, sem perda de mandato, aceitar e exercer cargo ou função de confiança municipal, estadual ou federal.

Art. 63° - Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, assumirá o Presidente da Câmara, e , impedido este, o Vice-Presidente.

Art. 64° - Vagando os cargos de Prefeito e de Vice-Prefeito, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

§1° - Ocorrendo a vacância nos dois últimos anos do mandato, a eleição para ambos os cargos será feita pela Câmara Municipal trinta dias após da última vaga, na forma da lei.

§2° - Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.

Art. 65° - O Prefeito e o Vice-Prefeito, quando em exercício do mandato, não poderão ausentar-se do Município ou afastar-se do cargo, sem licença da Câmara Municipal, sob pena de perda do cargo, salvo por período não superior a quinze dias.

Art. 66° - O Prefeito poderá licenciar-se:

I - representação, previamente autorizado pela Câmara, devendo enviar relatório circunstanciado dos resultados da viagem;

II – quando impossibilitado do exercício do cargo, motivado por doença devidamente comprovada;

Parágrafo único – Nos casos desse artigo, o Prefeito licenciado terá direito ao subsídio e à verba de representação.

Art. 67° - A remuneração do Prefeito será fixada pela Câmara Municipal, para cada legislatura e até o seu término, não podendo ser inferior ao maior padrão de vencimento estabelecido para funcionários do Município, no momento da fixação e respeitados os limites estabelecidos na Constituição Federal, estando sujeita aos impostos gerais, inclusive o de renda e outras extraordinários, sem distinção de qualquer espécie.

Art. 68° - A verba de representação de Vice-Prefeito não poderá exceder a fixada para o Prefeito.

Art. 69° - A extinção ou a cassação do mandato do Prefeito e do Vice-Prefeito, bem como a apuração dos crimes de responsabilidade do Prefeito ou de seu substituto, ocorrerão na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica e na legislação Federal.

SEÇÃO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 70° - Compete privativamente ao Prefeito:

I – nomear a direção superior da administração municipal, nomear e exonerar Secretários Municipais ou Diretores, assim como os Sub-Prefeitos para os Distritos do Município;

II – iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos na Constituição Estadual e nesta Lei Orgânica;

III – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

IV – vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei, aprovados pela Câmara;

V – dispor sobre a estruturação, atribuições e funcionamento dos órgãos da administração municipal;

VI – prover os cargos e funções públicas municipais, e expedir os demais atos referentes a situações funcional dos servidores.

VII – celebrar convênios, acordos, contratos e outros ajustes do interesse do Município;

VIII – enviar à Câmara Municipal, observado o disposto nas Constituições Federal Estadual, projetos de lei dispondo sobre:

a) – plano plurianual; PPA
b) – diretrizes orçamentárias; LDO
c) – orçamento anual; LOA
d) – plano diretor.

IX – remeter mensagem à Câmara Municipal por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias.

X – apresentar as contas ao Tribunal de Contas do Estado, sendo os balancetes mensais em até quarenta e cinco dias contados do encerramento do mês, e as contas anuais após e abertura da sessão legislativa, para o parecer prévio deste e posterior julgamento da Câmara Municipal;

XI – prestar contas da aplicação dos auxílios federais ou estaduais, entregues ao Município na forma da lei;

XII – fazer a publicação dos balancetes financeiros municipais e das prestações de contas de aplicação de auxílios federais ou estaduais recebidos pelo Município, nos prazos e na forma determinada em lei;

XIII – colocar, a disposição da Câmara, até o dia vinte de cada mês, o duodécimo de sua dotação orçamentária, nos termos da lei complementar prevista no artigo 165, §9° da Constituição da República;

XIV – praticar os atos que visem a resguardar os interesses do Município, desde que não reservados à Câmara Municipal;

XV – decretar, nos termos da lei, a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social;

XVI – permitir ou autorizar a execução dos servidores públicos por terceiros;

XVII – prover os serviços e obras da administração pública;

XVIII – superintender a arrecadação dos tributos, bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentários ou dos créditos votados pela Câmara;

XIX – aplicar multas previstas em leis e contratos, bem como revê-las quando impostas indevidamente;

XX – resolver sobre os assuntos constantes em requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidas;

XXI – oficializar, obedecer as normas urbanísticas aplicáveis, as vias e logradouros públicos, mediante denominação aprovada pela Câmara;

XXII – convocar extraordinariamente a Câmara, quando o interesse da administração assim o exigir;

XXIII – aprovar projetos de edificação e os planos de loteamento, arruamento e zoneamento ou para fins urbanos;

XXIV – apresentar, anualmente, à Câmara Municipal, relatório circunstanciado sobre o estado das obras e dos serviços municipais, bem como o programa da administração para o ano seguinte;

XXV – organizar os serviços internos das repatções criadas por lei, sem exceder as verbas para tal destinadas;

XXVI – contrair empréstimos e realizar operações de créditos, mediante prévia autorização da Câmara;

XXVII – providenciar sobre a administração dos bens do Município e sua alienação, na forma da lei;

XXVIII – desenvolver o sistema viário do Município;

XXIX – estabelecer a divisão administrativa do Município, de acordo com a lei;

XXX – solicitar o auxilio das autoridades policiais do Estado para garantir o cumprimento de seus atos;

XXXI – solicitar, obrigatoriamente, autorização à Câmara para ausentar-se do Município por mais de quinze dias;

XXXII – adotar providências para a conservação e salvaguarda do patrimônio municipal;

XXXIII – decretar o estado de emergência quando for necessário preservar ou prontamente restabelecer, em locais determinados e restritos do Município, a ordem pública a paz social;

XXXIV – exercer outras atribuições, previstas nesta Lei Orgânica ou exigidas pelo exercício do cargo na forma da lei;

XXXV – editar medidas provisórias com força da lei, nos termos desta Lei Orgânica;

XXXVI – expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;

XXXVII – fazer publicar os atos oficiais;

XXXVIII – permitir ou autorizar o uso de bens municipais por terceiros, mediante autorização da Câmara.

Parágrafo único – O Prefeito poderá delegar, por decreto, aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva.

XXXXIX – representar o município em juizo e dora dele.

SEÇÃO I I I
DA RESPONSABILIDADE DO PREFEITO

Art. 71° - Perderá o mandato, o Prefeito, se assumir outro cargo ou função na administração pública, ressalva a posse em virtude de Concurso Público, conforme preceitua o §1° di artigo 64 da Constituição Estadual, ou se vier a ausentar-se

do Município, sem licença da Câmara Municipal, por período superior a quinze dias.

Art. 72° - São crimes de responsabilidade os atos do Prefeito que atentarem contra esta Lei Orgânica e especialmente:

I – a existência da União, do Estado e do Município;

II – o livre exercício do Poder Legislativo:

III – o exercício dos direitos políticos individuais e sociais;

IV – a probidade na administração;

V – a Lei Orçamentária;

VI – o cumprimento das leis e das decisões judiciais;

Art. 73° - Depois que a Câmara Municipal declarar a admissibilidade da acusação contra o Prefeito, pelo voto de dois terços de seus membros, em escrutínio secreto, será ele submetido a julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado.

Art. 74° - O Prefeito ficará suspenso de suas funções:

I – nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Tribunal de Justiça do Estado;

II – nos crimes de responsabilidade após instauração de processo pelo Tribunal de Justiça do Estado.

§1° - Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Prefeito, sem juízo do regular prosseguimento do processo

§2° - Enquanto não sobrevier sentença condenatória nas infrações comuns, o Prefeito não estará sujeito a prisão.

§3° - Durante o prazo de que trata o §1°, será assegurada a remuneração integral do Prefeito.

Art. 75° - O Prefeito será julgado pela prática de crime de responsabilidade perante o Tribunal de Justiça do Estado e, pela prática de infrações política - administrativa, perante a Câmara Municipal.

Art. 76° - Extingue-se o mandato de Prefeito e, assim, deve ser declarado pelo Presidente da Câmara de Vereadores quando:

I – ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos , ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II – deixar de tomar posse, sem motivo aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido por lei;

III – incidir nos impedimentos para o exercício do cargo, estabelecidos em lei, e não desincompatibilizar-se até a posse, e nos casos supervenientes, no prazo que a lei fixar.

Parágrafo único – A extinção do mandato, independente da deliberação do Plenário, se tornará efetiva desde a declaração do fato ou ato extintivo pelo Presidente e sua inserção em ata.

SEÇÃO IV

DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 77° - Os Secretários Municipais serão escolhidos entre brasileiros maiores, residentes no Município, no exercício dos direitos políticos.

Art. 78° - A lei disporá sobre a criação, estruturação e atribuições das Secretarias.

Art. 79° - Compete aos Secretários Municipais, além do que estabelece esta Lei Orgânica e as demais leis:

I – exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração municipal, na área de sua competência;

II – referendar os atos e Decretos assinados pelo Prefeito, pertinentes à sua área de competência;

III – apresentar ao Prefeito relatório anual dos serviços realizados na Secretaria;

IV – praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgados ou delegados pelo Prefeito;

V – expedir instruções para a execução das leis, regulamentos e Decretos.

Art. 80° - A competência dos Secretários Municipais abrangerá todo o território do Município nos assuntos pertinentes às respectivas Secretarias.

Art. 81° - Os Secretários serão sempre nomeados em comissão, farão declaração pública de bens no ato de suas posse e no término do exercício do cargo, e terão os mesmos impedimentos dos Vereadores e do Prefeito, enquanto nele permanecerem.

§1° - Os Secretários são solidariamente responsáveis com o Prefeito pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

§2° - As disposições desta seção aplicarem-se aos Diretores cujos cargos são equivalentes aos de Secretários e ao Sub-Prefeito.

SEÇÃO V
DOS CONSELHOS DO MUNICÍPIO

Art. 82° - Os conselhos municipais são órgãos de cooperação governamental, que têm por finalidade auxiliar a administração, na orientação, planejamento, interpretação e julgamento das matérias de sua competência.

Art. 83° - A lei especificará as atribuições de cada conselho, na organização, composição, funcionamento, forma de nomeação de titular e suplente e prazo e duração do mandato, que não será remunerado a qualquer título.

Art. 84° - Os conselhos municipais serão compostos por um número ímpar de membros, observando, quando for o caso, a representatividade da administração das entidades públicas, associativas, classistas e de contribuintes.

SEÇÃO VI
DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

Art. 85° - A Procuradoria do Município é a instituição vinculada ao Poder Executivo, que nos termos da lei, exerce as atividades de consultoria e assessoramento ao poder executivo, e privativamente a execução da divida ativa de natureza tributária.

Parágrafo único – A investidura no cargo de Procurador do Município será regulada em lei específica e, na sua ausência, será de livre nomeação e exoneração do chefe do Poder Executivo.

TITULO I I I
DA ORGANIZAÇÃO DO GOVERNO MUNICIPAL

CAPITULO I
DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Art. 86° - O Município deverá organizar a sua administração, exercer suas atividades e promover sua política de desenvolvimento urbano, dentro de um processo de planejamento permanente, atendendo aos objetivos e diretrizes estabelecidas no Plano Diretor e mediante adequado Sistema de Planejamento.

§1° - O Plano Diretor é o instrumento orientador e básico dos processos de transformação do espaço urbano e de sua estrutura territorial, servindo de referência para todos os agentes públicos e privados que atuam na cidade.

§2° - Sistema de Planejamento é o conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos voltados à coordenação da ação planejada da administração municipal.

Art. 87° - A delimitação da zona urbana será definida po lei, observado o estabelecido no Plano Diretor.

CAPITULO I I
DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 88° - A Administração Municipal compeende:

I – administração direta: secretarias ou órgãos equiparados:

II – administração indireta ou fundacional: entidades dotadas de personalidades jurídica própria (autarquias, funções empresas públicas e sociedades de economia mista).

Parágrafo único – As entidades compreendidas na Administração Indireta serão criadas ou autorizadas por lei específicas, vinculadas às Secretarias ou órgãos equiparados, em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.

Art. 89° - A Administração Municipal, direta ou indireta obedecerá, dentre outros princípios de direito público, os da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, e, ainda, o que consta do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 90° - A publicação das leis e atos municipais será feita imprensa oficial do Município e, enquanto não existir, por fixação na sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal, conforme exigir o caso.

CAPITULO III
DO REGISTRO E DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Art. 91° - O Município manterá os livros que forem necessários aos registros de seus atos e atividades.

§1° - Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelos Prefeitos ou pelo Presidente da Câmara, conforme o caso, ou por funcionário designado para tal fim, podendo ser substituídos por fichas ou outros sistema, convenientemente autenticado ou informatizado.

Art. 92° - Os atos administrativos de competência do Prefeito devem ser expedidos obedecidas as seguintes normas:

I – decreto numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

a) – regulamentação de lei:

b) – instituição, modificação ou extinção de atribuições diversas, não constantes, em lei;

c) – regulamentação interna dos órgãos;

d) – abertura de créditos especiais e suplementares, até o limite autorizado por lei, assim como de créditos extraordinários;

e) – declaração de necessidade ou utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação ou de servidão administrativa;

f) – aprovação de regulamento ou de regimento das entidades que compõem a administração municipal;

g) permissão de uso dos bens municipal;

h) medidas executórias do Plano Diretor;

i) normas de efeitos externos, não privativas de lei;

j) fixação e alteração de preços;

k) provimento e vacância dos cargos públicos, e demais atos de efeitos individuais.

II – portaria numerada em ordem cronológica nos seguintes casos:

a) – lotação e relotação nos quadros de pessoal;

b) – abertura de sindicância e processos administrativos, aplicação de penalidades e demais atos individuais de caráter interno;

c) – concessão de diárias e autorização de viagens;

d) outros casos previstos em lei.

III – contrato, nos seguintes casos, além de outros que a lei especificar:

a) – admissão de servidores para serviços de caráter temporário;

b) – execução de obras e serviços municipais, nos termos da lei.

Parágrafo único – Os atos constantes nos incisos II e III deste artigo poderão ser delegados.

CAPITULO VI
DAS OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Art. 93° - A realização de obras públicas municipais deverá estar adequada as diretrizes do Plano Diretor.

Art. 94° - Ressalvadas as atividades de planejamento e controle, a Administração Municipal poderá desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que conveniente, ao interesse público à execução indireta, mediante concessão ou permissão de serviço público ou de utilidade pública, verificado que a iniciativa privada esteja suficientemente desenvolvida e capacitada para o seu desempenho.

§1° - A permissão de serviço púbico, sempre a título precário, será outorgada por Decreto, após Edital de chamamento de interessados para a escolha do melhor pretendente.

§2° - A concessão só será feita com a autorização legislativa e mediante contrato, precedido de concorrência.

§3° - O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos ou concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

Art. 95° Lei específica disporá sobre:

I – o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter excepcional de seu contrato e de sua prorrogação, assim como as condições de caducidade, fiscalização e rescissão da concessão ou permissão;

II – os direitos do usuários;

III – política tarifária;

IV – a obrigação de manter serviço adequado;

V – as reclamações relativas a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único – As tarifas dos serviços públicos deverão ser fixadas pelo Executivo, tendo em vista a justa remuneração pela contraprestação.

Art. 96° - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação que

assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam as obrigações efetivas.

Art. 97° - O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum, mediante convênio com o Estado, a União ou entidades particulares, ou mediante consórcio com outros Municípios.

Parágrafo único – A participação em consorcio Municipais dependerá de autorização legislativa.

Art. 98° - As obras, serviços, compras e alienações de que trata o artigo 93, serão licitadas e contratadas de acordo com a lei federal regedora da matéria.

CAPITULO V
DOS BENS MUNICIPAIS

Art. 99° - Constituem bens municipais todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título pertençam ao Município.

Art. 100° - Caberá ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados em seus serviços.

Art. 101° - A alienação de bens municipais, subordina-se à existência de interesse público devidamente justificado e será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I – quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

a) – doação, constando da lei e da escritura pública os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão , sob pena de nulidade do ato:

b) – permuta:

II – quando móveis, dependerá de licitação, dispensada na forma da lei federal que rege a matéria.

Art. 102° - A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

Parágrafo único – A autorização legislativa de que trata o caput deste artigo, somente se fará necessária quando não houver a previsão orçamentária para aquele exercício.

CAPITULO VI
DA SEGURANÇA DOS BENS MUNICIPAIS

Art. 103° - O Município poderá constituir Guarda Municipal, força destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, nos termos da lei complementar e do artigo 59 da Constituição Estadual.

CAPITULO VII
DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Art. 104° - O Município estabelecerá em lei o regime jurídico de seus servidores, atendendo às disposições, aos princípios e aos direitos que lhe são aplicáveis pelas Constituições Federal e Estadual.

Parágrafo único – Quando a admissão se der em caráter transitório, para serviços de natureza temporária, serão asseguradas todas as garantias trabalhistas constantes na Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 105° - A primeira investidura em cargo ou emprego público depende sempre de aprovação prévia em Concurso Publico em provas ou de provas e títulos, ressaltadas as nomeações para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo único – O prazo de validade do Concurso será de até dois anos, prorrogável por uma vez, por igual período.

Art. 106° - Será convocado para assumir cargo ou emprego público, aquele que for aprovado em Concurso Público de provas ou de provas e títulos, com prioridade sobre novos concursados, durante o prazo improrrogável previsto no Edital de convocação.

Art. 107° - São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de Concurso Público.

§1° - O servidor público que contar com mais de dois anos no exercício de qualquer função público, na municipalidade, sem qualquer repreensão, gozando de comportamento excepcional, se aprovado em concurso público da municipalidade, fica dispensado do estágio probatório, efetivado-se de imediato.

§2° - O servidor público estável, só perderá o cargo em virtude de sentença judicial, ou mediante processo administrativo, em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§3° - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, nos termos do §2° do artigo 41 da Constituição Federal.

§4° - Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, proceder-se-á nos termos do §3° do artigo 41 da Carta Magna.

Art. 108° - Os cargo em comissão e funções de confiança na administração pública serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargos de carreira, nos casos condições previstos em lei.

Art. 109° - Lei específica estabelecerá o percentual dos empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência, definirá os critérios destas admissões, bem como os casos de contratação por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 110° - O servidor será aposentado conforme determina a Constituição Federal, no artigo 40, incisos I a III, Parágrafos 1° a 5°.

Art. 111° - A lei fixará o limite máximo e a relação de volumes entre a maior e menor remuneração dos servidores públicos da administra direta ou indireta

do Municipio, observados, como limite máximo, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito.

Art. 112° - Os vencimentos dos cargos do poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo poder Executivo.

Art. 113° - A lei assegurará aos servidores públicos municipais, quer da administração direta quer da indireta, isonomia de vencimentos entre cargos de atribuições iguais ou assemelhadas, do mesmo Poder ou entre os dois Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas a natureza ou ao local de trabalho.

Art. 114° - É vedada a vinculação ou equiparação de vencimento, para efeito de remuneração de pessoal do serviço público municipal, ressalvado o disposto no artigo anterior.

Art. 115° - È vedada a acumulação remunerada de cargos público, exceto quando houver compatibilidade de horários:

I – a de dois cargos de professor;

II – a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

III – a de dois cargos privativos de médico.

Parágrafo único – A proibição de acumular estende-se a empregos e funções, e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público.

Art. 116° - Os acréscimos pecuniários percebidos pelo servidor público municipal, não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sobre o mesmo título ou idêntico fundamento.

Art. 117° - Os cargos públicos serão criados por lei, que fixará sua denominação, padrão de vencimento, condições de provimento, indicado os recursos pelos quais serão pagos os seus ocupantes.

Parágrafo único – A criação e extinção dos cargos da Câmara, bem como a fixação e alteração de seus vencimentos, dependerão de Resolução de iniciativa da Mesa.

Art. 118° - Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sem distinção de cor, raça, religião, costumes, etc.

Art. 119° - O servidor público municipal será responsável civil, criminal e administrativamente pelos atos que praticar no exercício do cargo ou função, ou a pretexto de exercê-lo.

Parágrafo único – Caberá ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara decretar a prisão administrativa dos servidores que lhe sejam subordinados, omissos ou remissos na prestação de contas de dinheiros públicos sujeitos à sua guarda.

Art. 120° - O servidor municipal poderá exercer mandato eletivo, obedecidas as disposições legais vigentes.

Art. 121° - Os titulares de órgãos da administração da Prefeitura deverão atender convocação da Câmara Municipal para prestar esclarecimentos sobre assuntos de sua competência.

Art. 122° - O Município estabelecerá, por lei, o regime previdenciários de servidores.

TITULO IV
DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTARIA

CAPITULO I
DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 123° - Compete ao Município instituir os seguintes tributos:

I – imposto sobre propriedade predial e territorial urbana.

II – imposto sobre a transmissão "inter vivos" , a qualquer título, por ato oneroso:

a) – de bens imóveis por natureza ou acessão física;

b) – de direitos reais sobre imóveis, excerto os de garantia;

c) – cessão de direitos a aquisição de imóveis;

III – imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel.

IV – imposto sobre serviços de qualquer natureza, não incluídos na competência estadual compreendida no artigo 155, I, "b" e no §2°, IX, da Constituição Federal, definidos em lei complementar.

V – taxas:

a) – em razão do exercício do poder de policia;

b) pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos especificos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

VI – contribuição de melhoria, decorrentes de obra pública.

VII – contribuição para o custeio de sistemas de previdência e assistência social.

§1° - O imposto previsto no inciso I será progressivo, na forma a ser estabelecida em lei, de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§2° - O imposto previsto no inciso II:

a) – não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas juridicas em direitos decorrentes da fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoas juridicas, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

b) – incide sobre os imóveis situados na zona territorial do Municipio.

§3° - As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

§4° - A contribuição de melhoria, poderá ser cobrada dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas municipais, tendo como limite total a despesa realizada, e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

§5° - A contribuição prevista no inciso VII será cobrada dos servidores municipais, e em benefício destes.

Art. 124° - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, sendo facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Parágrafo único – Ao Município é lícito realizar programas de asfaltamento comunitário, compesados com a taxa de contribuição de melhoria, nas condições alcançadas em procedimento licitatório necessário, exceto nos casos de dispensa ou inexigibilidade, legalmente contemplados, quando as condições serão determinadas em ato próprio anterior aos contratos.

CAPITULO I I
DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR

Art. 125° - É vedado ao Município:

I – exigir ou aumentar tributo sem que a lei o estabeleça;

II – instituir tratamento desigual entre os contribuintes que se encontrem em situação equivalente, observada a proibição constante do artigo 150, inciso II, da Constituição Federal;

III – cobrar tributos:

a) – relativamente a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) – no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumento;

IV – utilizar tributo com efeito de confisco;

V – instituir imposto sobre:

a) patrimônio e serviços da União e dos Estados;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio e serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

VI – conceder qualquer anistia ou remissão que envolda matéria tributária ou previdenciária, senão mediante a edição de lei municipal específica.

VII – estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;

VIII – instituir taxas que atentem contra:

a) – o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) – a obtenção de certidões em repartições públicas em defesa de diretos e esclarecimentos de situações de interesse pessol.

CAPITULO I I I
DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS RECEITAS TRIBUTARIAS

Art. 126° - Pertencem ao Município, além dos impostos e taxas que instituir e arrecadar, todos os constantes nos incisos de I a VI, parágrafos 1° e 2° do artigo 75 da Constituição Estadual.

Art. 127° - A união entregará 22,5 (vinte e dois inteiros e cinco décimo) do produto de arrecadação dos impostos sobre a renda de proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados ao Fundo de Participação dos Municípios.

Parágrafo único – As normas de entregas desses recursos serão estabelecidos em lei complementar federal, em obediência ao disposto no artigo 16, .II, da Constituição Federal, como objeto de promover o equilíbrio econômico entre os Municípios.

Art. 128° - A união entregará ao Município 70% (setenta por cento) do montante do arrecadado relativo ao imposto sobre operações de créditos. Câmbio e seguro ou relativas a títulos valores mobiliários, que venha incidir sobre ouro originário do Município, conforme preceitua o §5°, artigo 153 da Constituição Federal.

Art. 129° - O Estado entregará ao Município 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos que receber da União, a titulo de participação do Imposto sobre produtos Industrializados, observados os critérios estabelecidos no artigo 158, parágrafo único, I e II da Constituição Federal.

Art. 130° - Aplicam-se à Administração Tributária e Financeira do Município o disposto nos artigos 34, parágrafos 1° e 2°, I , II e III, §3° a 7° e artigo 41. Parágrafo 1° e 2° do ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

CAPITULO IV
DOS ORÇAMENTOS

Art. 131° - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianul;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

§1° - A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá, de forma setorizada as diretrizes, objetivos e metas da administração para as despesas de capital.

e outras delas decorrentes, bem como as relativas aos programas de duração continuada.

§2° - A lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá, as metas e prioridades da administração, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

§3° - O Poder Executivo publicará, dentro de trinta dias subsequentes ao encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§4° - Os planos e programas setoriais serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal.

Art. 132° - A Lei Orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes Municipais, fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive funções instituidas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, quando houver;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a elas vinculadas da administração Direta ou indireta, bem como fundos e fundações instituidas e mantidas pelo Poder Público, quando houver;

§1° - O projeto de lei orçamentária será instituído com demonstrativo setorizado do efeito sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistia, remissões, subsidios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;

§2° - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo entranho à previsão da receita e a fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de crédito suplementares e contratação de operações de crédito, inclusive por anteçipação de receita, nos termos da lei.

Art. 133° - Os projetos de lei relativos ao orçamento anual, ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e os créditos adicionais serão apreciados pela Câmara Municipal na forma de seus Regimento Interno.

§1° - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou de crédito adicionais somente poderão ser aprovadas quando:

I – compativeis com o plano plurianual e com lei de diretrizes orçamentárias;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os proveniente de anulação de despesas, excluindo os que incidem sobre:

a) – dotação para pessoal e seus encargos;

b) – serviços da dívida.

III – relacionados com dispositivos do texto do projeto de lei.

§2° - O Poder Executivo poderá enviar mensagem à Câmara para propor modificações nos projetos a que se referem este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão especifica, da parte cuja alteração é proposta.

§3° - Os Projetos de Lei do Plano Plurianual, os de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, serão enviados pelo Prefeito à Câmara, obedecidos os critérios a serem estabelecidos em lei complementar.

§4° - Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto neste capítulo, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§5° – Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei Orçamentária Anual, ficaram sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 135° - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, inclusive créditos suplementares e especiais, destinados ao Poder Legislativo, ser-lhes-ão entregues até o dia vinte da cada mês, na forma da lei complementar.

Art. 136° - As despesas com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder aos limites estabelecidos em lei complementar.

Parágrafo único – A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da Administração Direta ou Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

TITULO V
DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL
CAPITULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 137° - O Município, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal, buscará realizar o desenvolvimento econômico e a justiça social, valorizando o trabalho e as atividades produtivas, com a finalidade de assegurar a elevação do nível de vida da população.

Art. 138° - A intervenção do Município no domínio econômico, terá por objetivo estimular e orientar a produção, defender os interesses do povo e promover a justiça e a solidariedade social.

Art. 139ª - O trabalho é obrigação social, garantido a todos o direito ao emprego e a justa remuneração, que proporcione existência digna na família e a na sociedade.

Art. 140° - o Município assistirá os trabalhadores rurais, procurando proporcionar-lhe, dentre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito facilitado saúde e bem estar social.

Parágrafo único – A isenção de imposto às cooperativas dependem de lei especial.

Art. 141° - O município dispensar à microempresa e à empresa de pequeno porte, assim definidas em lei Federal, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela redução destas, por meio de lei.

Art. 142° - A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo, quando for o caso, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

Art. 143° - Ao ex-combatente, que tenha participado, efetivamente, de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, residentes no Município, dedicará a administração atenção especial, além de respeitar os direitos legais e constitucionais estatuídos.

Art. 144° - A lei disporá sobre a promoção e o estímulo aos pequenos agricultores e, especialmente, sobre programas de hortas comunitárias.

CAPITULO II
DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 145° - O Município prestará assistência social a quem dela necessitar, com o objetivo de promover a integração ao mercado de trabalho, reconhecendo a maternidade e a paternidade como relevantes funções sociais, colaborando, na medida do possível, com os pais, utilizando-se meios disponíveis para promover o crescimento integral das crianças e adolescentes.

Art. 146° - O Município formará com União e o Estado, mediante a firmação de convênio ou outros meios, um conjuntos integrado de ações destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Art. 147° - O Município, dentro de sua competência, regulará o serviço social, favorecendo iniciativas particulares que visem a este objetivo.

Parágrafo único – O Plano de Assistência social do Município, nos termos que a lei estabelecer, terá por objeto a correção dos desequilíbrios do sistema social e a recuperação dos elementos desajustados, visando a um desenvolvimento social e harmônico, consoante o previsto no artigo 203 da Constituição Federal.

CAPITULO I I I
DA SAÚDE

Art. 148° - Compete ao Município prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde de população.

Art. 149° - Sempre que possível, o Município promoverá:

I – formação de consciência sanitária individual, através do ensino de 1° Grau;

II – serviços hospitalares e ambulatorias, cooperando com a União e o Estado, bem como com as iniciativas particulares e filantrópicas;

III – combate às moléstias específicas, contagiosas e infecto-contagiosas;

IV – combate ao uso de tóxico;

V – serviço de assistência à maternidade, ao adolescente, ao idoso e ao deficiente físico;

Art. 150° - As ações e serviços públicos de saúde do Município, integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, organizado segundo diretrizes de descentralização, com direção única na esfera municipal, realizando atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuizo dos serviços assistenciais.

§1° - O Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, será financiado com os recursos dos orçamentos da União, do Estado e do Município, que serão aplicados exclusivamente na área da saúde, vedada a concessão de auxílio e subvenções, com recursos públicos, a instituições privadas com fins lucrativos.

§2° - A assistência a saúde é livre à iniciativa privada, sendo facultado às instituições privadas de saúde participar, de forma complementar, do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, mediante contrato de direito público ou convênio, no, qual serão resguardados, além da referida faculdade, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro existente por início do contrato, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Art. 151° - O Município manterá em rodízio bimestral, nas escolas públicas municipais, um agente de saúde para exercer a medicina preventiva no âmbito da comunidade escolar.

Art. 152° - O conjunto de recursos destinados às ações e serviços de saúde do Município, constituem o Fundo Municipal de Saúde, administrado pela Secretaria Municipal de Saúde e subordinado ao planejamento e controle do Conselho Municipal de Saúde.

Parágrafo único – fica o poder executivo obrigado a criar a vigilância sanitária;

CAPITULO IV
DA EDUCAÇÃO. DA CULTURA, DO DESPORTO E LAZER

SEÇÃO I
DA EDUCAÇÃO

Art. 153° - O dever do município com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiverem acesso na idade própria;

II – progressiva extenção da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio;

III – atendimento educacional especializado aos deficientes pela rede regular de ensino;

IV – acesso aos niveis mais elevados do ensino, de pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade da cada um;

V – oferta de ensino diurno e noturno regular suficiente para atender a demanda e adequada ás condições do educado;

VI – atendimento em creches e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

VII – atendimento ao educando de ensino fundamental, por meio de programas suplementares, de material didático-escolar, transporte, assistência á saúde e alimentação, incentivando, nas escolas os programas que visam a criação e o cultivo de produtos hortifrutigranjeiros.

§1° - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2° - O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Município, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3° - Compete ao Poder Público rescenciar os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamadas e zelar, junto aos familiares ou responsáveis, pela freqüência à escola.

Art. 154° - O sistema de ensino municipal assegurará, aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.

Art. 155° - O ensino oficial do Município será gratuito em todos os graus e atuará prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.

§1° - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas, a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de apredizagem.

§2° - O Município orientará e estimulará por todos os meios a educação física, que será obrigatória, nos termos da lei.

§3° - Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum com respeito aos valores culturais, nacionais, regionais e municipais, com atenção ao desenvolvimento artístico;

§4° - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituíra disciplina dos horários normais das escolas pública de ensino fundamental.

Art. 156° - O ensino é livre e iniciativa privada, atendidas as condições impostas pelas legislações federais, estadual e municipais.

Art. 157° - Os recursos do Município serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei federal que:

I – comprovem finalidade não lucrativa d apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II – assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Município, no caso de encerramento de suas atividades.

Art. 158° - O Município auxiliará, pelos meios que dispuser, as organizações beneficentes, culturais e amadorísticas, nos termos da lei, sendo que estas últimas e as colegiais terão prioridade no uso de estádios, campos e instalações de propriedades do Município.

Art. 159° - O Município manterá o professorado Municipal em nível econômico, social e moral a altura de suas funções, garantindo-lhes salário, nunca inferior ao mínimo, observada a carga horária.

Art. 160° - O orçamento anual do Município deverá prever a aplicação de pelo vinte e cinco por cento da receita de impostos, incluindo a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino público, preferencialmente no fundamental.

Art. 161° - A verba destinada a manutenção e ao desenvolvimento do ensino público, será, preferencialmente, aplicada:

I – Na ampliação de escolas onde existe o turno intermediário;

II – Na aquisição de material didático e pedagógico, material permanente e de consumo;

III – Na assistência médico-odontológica, tanto nas escolas urbanas como nas rurais.

Art. 162° - O Município promoverá, uma vez por ano cursos de reciclagem para o professorado, realizados por coordenadores pedagógicos ou outros profissionais de notória capacidade.

SEÇÃO I I
DA CULTURA, DO DESPORTO E DO LAZER

Art. 163° - O Município estimulará o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, observado o disposto na Constituição Federal.

§1° - Ao Município compete suplementar, quando necessário, a legislação federal e estadual dispondo sobre a cultura.

§2° - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para o Município.

§3° - Ao Município cumpre proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais e os sítios arqueológicos.

§4° - Ao Município caberá criar e manter o seus arquivo do acervo histórico e cultural, inclusive estruturando uma biblioteca pública.

Art. 164° - O Município estimulará as atividades físicas sistematizadas, os jogos recreativos e os desportos nas suas diferentes manifestações.

Art. 165° - A prática do desporto é livre a iniciativa privada.

Art. 166° - O Município desenvolverá esforços no sentido de promover a realização de disputas esportivas regionais, em conjunto com outros Municípios, sempre amodoristicamente, como forma de incentivo à prática desportiva.

Art. 167° - O poder público incentivará o lazer como forma de promoção social.

CAPITULO V
DA CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Art. 168° - O Município, visando ao bem estar da população, promoverá e incentivará o desenvolvimento e a capacidade científica e tecnológica, com prioridade à pesquisa e à difusão do conhecimento técnico-científico, especialmente voltado para a agricultura e a pecuária.

CAPITULO VI
DA POLÍTICA URBANA

Art. 169° - A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir ao bem-etar de seus habitantes.

§1° - A propriedade urbana cumpre a sua função social quando atende às exigências do Plano Diretor, sua utilização respeitada a legislação urbanística, não provoca danos ao patrimônio cultural e ambiental e não impede o crescimento e desenvolvimento urbano.

§2° - As áreas próximas a sede do município e principalmente as que incluem no perímetro urbano da cidade, constituem áreas a qual o município tem interesse para fins de expansão da cidade, podendo o poder executivo desapropriá-las quando julgar conveniente.

Art. 170° - O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

CAPITULO VII
DO MEIO AMBIENTE

Art. 171° - Todos têm o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder público Municipal e à coletividade o dever de defendê-lo e preserva-lo para as presentes e futuras gerações, conforme preceitua a Constituição Estadual, nos incisos I a IX, parágrafos 1° e 2°, todos do artigo 110° Art. 172° - O Município criará unidades de conservação e preservação ambientais, destinados a proteger as nascentes e/ou cursos de mananciais que:

I – sirvam ao abastecimento público;

II – ao turismo racional e ordeiro;

III – tenham parte de seu leito em áreas legalmente protegidas pela legislação municipal.

§ 1° - Todo cidadão tem livre acesso aos pontos turísticos estabelecidos pela municipalidade;

§ 2° - Fica o Poder Executivo autorizado a apreender materiais predatórios tais como: armas e material de pesca ilegal na circunscrição do município e principalmente no pontos turísticos.

§ 3° - Os pontos turísticos, terão especial atenção do Poder Público Municipal, que estabelecerá as condições de uso, evitando a degradação do meio ambiente, respeitados os legitimos direitos de propriedade e a legislação federal que disciplina a ocupação de áreas ribeirinhas.

§ 4° - Fica criado ponto turístico local denominado Barra do Rio Verde, no Município de Sandolândia;.

I – O ponto turísticos Barra do Rio Verde fica situado a partir da barra dos rios Verde e Javaés, com uma área de seis quilômetros de extensão, iniciando-se um quilômetro acima da barra dos rios. Margeando o rio Verde e, da barra para beixo, mais 5 (cinco) quilômetros margeando o rio Javaés por duzentos metros de largura em toda a sua extensão.

§ 5° - Fica criado ponto turístico o local denominado Ferradura neste município, no rio Javaés, cuja demarcação será feita, posteriormente, por lei.

CAPÍTULO VIII
DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

Art. 173° - É dever do Município, como é da família e da sociedade, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, os direitos reconhecidos peslo dispostos no art. 227 da Constituição Federal.

Art. 174° - è dever da administração municipal, em conjunto com a sociedade, amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem estar, e garantindo-lhes o direito à vida, notadamente conscientizando suas famílias, no sentido de mantê-las em em seu seio.

CAPÍTULO IX
DA POLÍTICA AGRÍCOLA

Art. 175° - O Município, mediante autorização legislativa, poderá celebrar convênios e contrato com o Estado, para, na forma da Costituição Estadual instituir o projeto cinturão verde destinado a organização do abastecimento alimentar.

Art. 176° - Como principais instrumentos para o fomento da produção na zona rural, o Município utilizará a assistência técnica, a extensão rural, o associativismo e a divulgação das oportunidades de créditos e incentivos fiscais.

Art. 177 – O Município poderá consorciar-se com outros, com vistas ao desenvolvimento de atividades de interesse comum, bem como para integrar-se em programas de desenvolvimento regional a cargo de outras esferas de governo.

TÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITORIAIS

Art. 178° - O Município, em cooperação com o Estado, participará de programas de erradicação do analfabetismo.

Art. 179° – O Prefeito Municipal, remeterá mensagem à Câmaera, disciplinando os Conselhos Municipais.

Art. 180° - O Município não poderá dar nome de pessoas vivas a bens públicos de qualquer natureza, salvo personalidades marcantes que tenham desempenhado, ou estejam desempenhando, altas funções da vida pública ou administrativa do Município, do Estado ou da União, ou ainda pessoas de que alguma forma tenham prestado relevantes serviço ao município.

Art. 181° - Até a promulgação da lei complementar referida no artigo 169 da Constituição Federal, é vedado ao Município dispender com pessoas mais que sessenta e e cinco por cento do valor da receita corrente, limite este a ser alcançado, no máximo, em cinco anos à razão de um quinto por ano.

Art. 182° - A Câmara Municipal elaborará, no prazo de seis meses, a contar da promulgação desta Lei Orgânica, seu Regimento Interno, reunindo-se para esse fim, em sessões especiais, com a maioria de seus integrantes.

Art. 183° - Poderá o Município, proporcionar recursos materiais aos integrantes de destacamentos policiais a serviço da municipalidade, inclusive no que se refere a habitação e alimentação.

Parágrafo único – Os benefícios de que trata este artigo poderão ser destinados também a outros servidores de esferas distintas de poder, a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 184° - O Município disporá em leis específicas o dia do seu aniversário do(a) padroeiro(a) e demais feriados municipais.

Art. 185° - Todos os atos praticados pelos poderes Executivo e Legislativo na vigência da Lei Orgânica até então vigente nesta municipalidade, ficam convalidados para todos os efeitos legais.

Art. 186° Ficam consideradas servidões administrativas as estradas que dão acesso aos pontos turísticos barra do Rio Verde e Ferradura, bem como a estrada denominada Campo Formoso, a qual passa pela fazenda do mesmo nome, atravessando o Rio do Fogo, indo até a estrada no alto da serra do Clemente, e a

estrada denominada, Estrada da Serra, a qual inicia-se na TO-181 na altura da sede da ACTRAL, indo até o projeto de assentamento cachoeira.

Art. 187° - Esta Lei Orgânica, aprovada e assinada pelos integrantes da Câmara Municipal, será promu

Sandolândia – TO, 15 de dezembro de 1994

VEREADORES CONSTITUINTES

Araguacy Duailibe Lustosa - Presidente

Durval Jorge de Araújo – Vice Presidente

Luiz Dias Luz – 1° Secretário e Relator Geral

Ana Cristina Bezerra Garcêz 2ª Secretária

José de Araújo da Silva – Relator Adjunto

Genezi Francisco Passarinho – 1° Vogal

Joesir Avelino de Souza – 2° Vogal

Noé Brito Mascarenhas – 3° Vogal

Antônio Teles de Araújo – 4° Vogal